

SEGURANÇA PÚBLICA NA ÁREA RURAL: PROGRAMA DE SEGURANÇA RURAL NO 7º BPM

CAP QOPMRO- FELIPE **FERNANDES** COTA DE ARAÚJO¹
CAP QOPMRO- JEFFERSON WESLEY ADORNO **DE OLIVEIRA**²
CAP QOPMRO- JOÃO GABRIEL PEREZ **CONSALTER**³

RESUMO

A segurança pública tem por objetivo prover a segurança da população como um todo, não somente a população concentrada na zona urbana. Com isso, expande-se ainda mais à zona rural, tendo em vista o número crescente de ocorrências registradas nesse setor. Para tanto, o objetivo desta pesquisa foi estudar uma modalidade de policiamento voltada a reduzir os índices criminais na área rural, de forma orientada a solução do problema, visando levar a paz social ao homem do campo, valendo-se de ferramentas específicas, gerando assim uma diminuição da incidência de ilícitos na zona rural, gerando um aumento da sensação de segurança da comunidade. A metodologia utilizada, foi a pesquisa mista, aplicada, descritiva e bibliográfica, analisando-se os dados e informações obtidas para a definição de fases de implantação do patrulhamento rural. Como resultados pode-se observar que a implantação do projeto requer logística diferenciada, capacidade técnica específica do Policial Militar que irá atuar no policiamento e a necessidade de envolvimento da sociedade rural para o sucesso da modalidade, tendo como resultado o conhecimento e mapeamento da área a ser policiada, valorização do público rural e, conseqüentemente, redução nos índices criminais.

PALAVRAS-CHAVE: Patrulhamento rural, segurança pública, policiamento comunitário em zona rural

ABSTRACT

Public security aims to provide security for the population as a whole, not just the population concentrated in the urban area. With this, it expands even more to the rural zone, in view of the growing number of occurrences registered in this sector. To this end, the objective of this research was to study a modality of policing aimed at reducing criminal indices in the rural area, in a way oriented to the solution of the problem, aiming to bring social peace to the country man, using specific tools, thus generating a decrease in the incidence of illicit activities in the rural area, generating an increased sense of security in the community. The methodology used was the mixed, applied, descriptive and bibliographic research, analyzing the data and information obtained for the definition of phases of implementation of rural patrolling. As a result, it can be observed that the implementation of the project requires differentiated logistics, specific technical capacity of the Military Police that will act in policing and the need for the involvement of rural society for the success of the modality, resulting in the knowledge and mapping of the area to be be policed, valorization of the rural public and, consequently, reduction in criminal rates.

KEYWORDS: Rural patrolling, public security, community policing in rural areas

¹ Capitão da Polícia Militar do Estado de Rondônia

² Capitão da Polícia Militar do Estado de Rondônia

³ Capitão da Polícia Militar do Estado de Rondônia

INTRODUÇÃO

Rondônia é um estado da região norte que, nos últimos anos, vem ganhando destaque no cenário do agronegócio nacional, graças a seu grande potencial agrícola. O estado possui terras férteis e propícias para grandes lavouras como as de milho, soja e arroz, além de ser um dos maiores produtores de carne bovina do país. Outro fator de destaque no agronegócio rondoniense é a produção de peixe em cativeiro, que abastece o mercado local, nacional e até internacional, e o Vale do Jamari se destaca neste nicho.

Esse 'despertar agrícola' fez com que os produtores investissem bastante em suas propriedades, e isto valorizou os bens rurais e proporcionou ao homem do campo uma melhor condição financeira. Tamanho investimento chamou a atenção de delinquentes, visto que nessas propriedades se encontram bens de alto valor econômico como caminhonetes, caminhões, máquinas agrícolas, gado bovino, armas de fogo, defensivos, etc.

O isolamento devido as grandes distâncias, aliado a dificuldade de comunicação e ao pequeno número de pessoas nas propriedades tem atraído cada vez mais o olhar de bandidos que, movidos pela facilidade de cometer crimes, migraram suas atividades criminosas para esta região.

Entre os meses de julho de 2019 e setembro de 2020, na área rural subordinada ao 7º BPM (Ariquemes, Cujubim, Alto Paraíso, Monte Negro, Cacaulândia e Rio Crespo), foi registrada a assustadora quantidade de 177 crimes contra o patrimônio, sendo 89 roubos e 88 furtos, causando um grande pânico na comunidade rural. Esse número alarmante é determinante para que se planeje uma modalidade de policiamento especializado para fazer frente a estes tipos de crimes.

No mês de Julho de 2019 o Comando do 7º BPM, iniciou o PROGRAMA DE SEGURANÇA RURAL, que baseado em experiências adquiridas por outras polícias militares do Brasil, buscou junto à comunidade apoio para aquisição de materiais que permitissem uma ação mais eficiente por parte da Polícia Militar na prevenção e repressão dessa modalidade criminosa, como aquisição de rádios de comunicação via satélite, drones, placas padronizadas de identificação das propriedades além do fornecimento das informações necessárias para a criação de um banco de dados com informações fidedignas da propriedade como os dados de máquinas, veículos,

implementos agrícolas, dados pessoais dos proprietários e funcionários e a localização geográfica das propriedades.

A malha viária do Estado de Rondônia possui aproximadamente 13 mil km de extensão, dos quais cerca de 6 mil km estão localizados no Vale do Jamari, região aonde o principal município é Ariquemes. A grande malha viária, baixo efetivo qualificado e a falta de uma política pública de segurança voltada para a segurança na área rural, faz com que as modalidades de policiamento usuais não alcancem a eficiência da prevenção de crimes neste ambiente.

Sua vasta extensão territorial, localização geográfica e histórico criminal faz com que o Vale do Jamari desponte negativamente no Estado de Rondônia como a região mais violenta na área rural, favorecendo a ocorrência dos mais diversos crimes, tais como roubos, furtos, abigeato, esbulho possessório e até homicídio, porém nesse trabalho abordaremos somente os dois primeiros tipos penais anteriormente citados.

Os roubos de veículos nas residências rurais ocorrem com grande estresse psicológico para as vítimas, pois se trata de imóveis afastados onde os infratores podem permanecer restringindo a liberdade das famílias para que os bens subtraídos sejam levados para locais distantes ou até mesmo atravessar a fronteira com a Bolívia. Já os furtos de maquinários ou semoventes geram altos prejuízos para as vítimas e provocam instabilidade nas localidades de sua incidência.

A manutenção dos rebanhos nos pastos não conta com formas de segurança privada tão eficiente quanto a do patrimônio móvel tipicamente possuído nas áreas urbanas. Obviamente, o gado não possui rastreamento, não é cercado por muros, alarmes, dentre outros meios que são comuns em outros ambientes, por isso, para a prevenção desta criminalidade, a comunidade moradora ou a que mantém bens móveis na área rural contam primordialmente com o poder público para ter assegurada a sua segurança.

O problema que se apresenta é: qual seria a estratégia em sede de política pública para este enfrentamento dos crimes de roubos e furtos de veículos, maquinário e rebanhos na zona rural do 7º BPM?

A criação de um programa estruturado de SEGURANÇA RURAL, cujo objetivo seja refletir diretamente na queda dos índices de crimes contra o

patrimônio na área rural, trazendo mais segurança e melhor qualidade de vida ao produtor.

De acordo com o problema mencionado e, considerando ainda que o Estado de Rondônia possui vasta área rural, características de população e criminalidade semelhantes à área objeto da pesquisa, dentre os objetivos pretendidos está a avaliação da hipótese para sua continuidade no 7º BPM, e também a sua implementação nas demais Unidades do interior do estado, após a aplicação desta política pública em sede de laboratório.

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma modalidade de policiamento voltada a reduzir os índices criminais na área rural e para isso é preciso:

- Viabilizar o mapeamento georreferenciado de todas as propriedades da região.
- Catalogar as propriedades que são vetores e potenciais vítimas de crimes na área rural.
- Propor uma ferramenta de gestão de segurança rural.

2. NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO NA CIRCUNSCRIÇÃO DO BATALHÃO

Considerando que o programa de Policiamento Rural estudado teve sua fase inicial implementada no segundo semestre de 2019, faz-se aqui a comparação dos índices criminais do período após o início das atividades e o mesmo período imediatamente anterior.

Salienta-se que os dados apresentados referem-se apenas à área do projeto, não abrangendo a vasta área rural de circunscrição do Batalhão de Polícia Militar pioneiro na experimentação do projeto.

Em 2018 foram diagnosticados dentre outros, os seguintes delitos na área rural: Roubo com retenção da vítima, onde marginais entram nas propriedades mantem como refém as vítimas e roubam gado, veículos, dinheiro e pertences e; Furtos de veículos, gado e implementos agrícolas.

3. SOLUÇÃO APRESENTADA

A implantação de um programa estruturado de SEGURANÇA RURAL, cujo objetivo é refletir diretamente na queda dos índices de crimes contra o patrimônio na área rural.

3.1 Estratégia Adotada:

- Utilização de telefones de comunicação via satélites Público/Privado;
- Mapeamento da área de atuação com utilização de SIG;
- Policiamento orientado ao problema, através de análise criminal.
- Capacitação do efetivo;
- Fortalecimento da Inteligência de Segurança Pública;
- Aproximação com a iniciativa privada;
- Implantação do patrulhamento rural no mês de junho de 2019, com o objetivo atuar no combate a violência na zona rural;
- Capacitação dos policiais militares do 7ºBPM, por militares do Batalhão de Fronteira do Paraná.

Segundo Vinicius Melo Roldão (2018), em seu artigo “Patrulha rural georeferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária”

A Constituição trata, em seu título V, sobre a defesa do Estado e das instituições democráticas, e no seu capítulo III versa sobre a segurança pública. O art. 144 aponta instrumentos a serem empregados para a consecução dos objetivos do país, e preceitua que: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (BRASIL, 1988, art. 144).

O artigo em análise afirma que a segurança pública é direito e responsabilidade de todos. Sendo assim, as questões relacionadas à prevenção do crime não são de atribuição exclusiva da polícia. A sociedade também é responsável por essa política de prevenção, de modo que deve haver uma aproximação entre ela e o Estado, a fim de uma melhor qualidade de vida, e, consequentemente, uma diminuição da criminalidade.

Uma das instituições que são fundamentais para o bom funcionamento do aparato público é a Polícia Militar, que desempenha o papel de preservação da ordem pública, em âmbito estadual, e que exerce sua função como forma de manter uma sociedade livre e democrática.

O aumento da violência atinge não apenas a sociedade, mas também o Estado, e até mesmo a própria polícia. Assim, todos esses setores da sociedade, por possuírem o mesmo sentimento, têm um objetivo em comum, que é a paz e uma melhor qualidade de vida. Porém, para que isso se torne realidade, é necessário a ordenação da potencialidade da sociedade e do Poder Público em torno desse ideal comum, que é uma segurança pública de qualidade, justa, cooperativa e interativa.

Os indivíduos, como legítimos responsáveis pela segurança pública, ao se envolverem em uma política de policiamento comunitário, assumem suas responsabilidades como cidadãos. Se cada um exercer suas devidas atribuições na sociedade, e houver uma interação entre o polícia e a comunidade, haverá maior sensação de segurança e confiança mútua entre os cidadãos e os órgãos de segurança pública. O resultado disso é a potencialização da troca de informação entre ambos e efetividade nas ações de redução da criminalidade.

Nesse passo fica patente a importância da comunidade na elaboração de ações de combate à criminalidade. Assim para a execução do presente faz-se necessária uma sensibilização da comunidade quanto as dificuldades operacionais da PMRO, as quais podem ser transpostas através de ações conjuntas entre polícia militar, comunidade civil, comunidade de negócios, associações, poderes públicos locais, entre outros.

3.2 Experiência em Goiás

A Segurança Pública com enfoque a atuação em área rural é objeto de estudos e pesquisas por todo o Brasil. Para a construção do conhecimento almejado, nos basearemos em cartilhas de Segurança Pública, projetos de patrulhamento rural executados por Polícias Militares do Brasil em eventos para discussão de Políticas públicas em ambiente rural.

No Estado de Goiás, a Polícia Militar implementou um Programa de Segurança Rural que busca o georreferenciamento das propriedades rurais, com o cadastro de bens móveis e semoventes, instituição de selo regularizador para máquinas agrícolas, facilitando a localização e identificação em casos de roubos ou furtos, além de aproximação com a comunidade rural através do patrulhamento ostensivo, executado de forma descentralizada, pelos Batalhões de Área, coordenado e apoiado pelo Batalhão Rural.

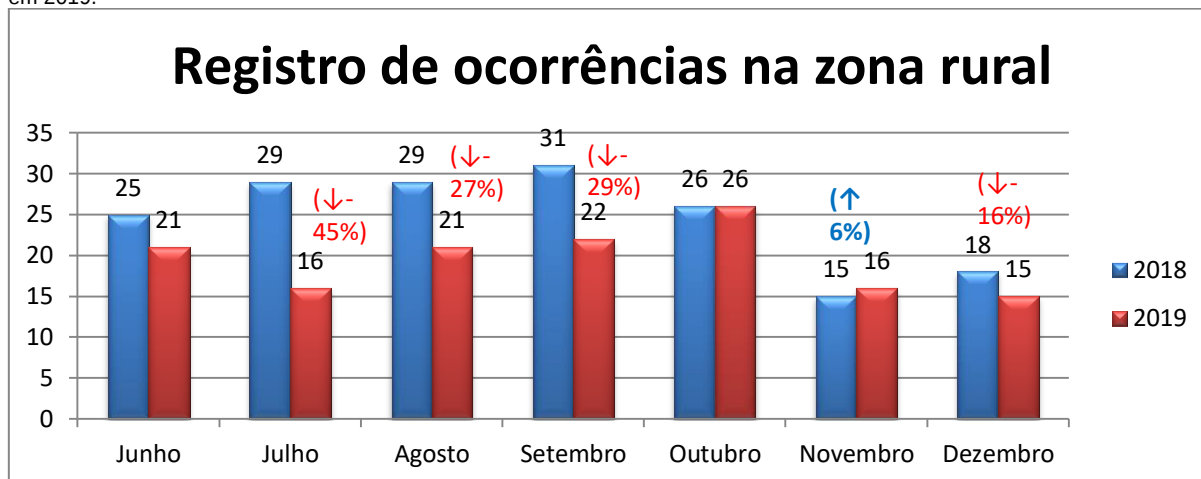
4. RESULTADOS ALCANÇADOS

Com a efetivação do Programa Segurança Rural, houve uma diminuição significativa da incidência de crimes contra o patrimônio e consequentemente outras ocorrências como por exemplo: Crimes ambientais, violência doméstica, acidentes de trânsito, esbulho possessório e até homicídios.

Espera-se também uma maior proximidade da comunidade rural com a polícia militar, o que trará substancialmente a ampliação da sensação de segurança ao homem do campo, restabelecendo a tranquilidade na zona rural. Caso os resultados

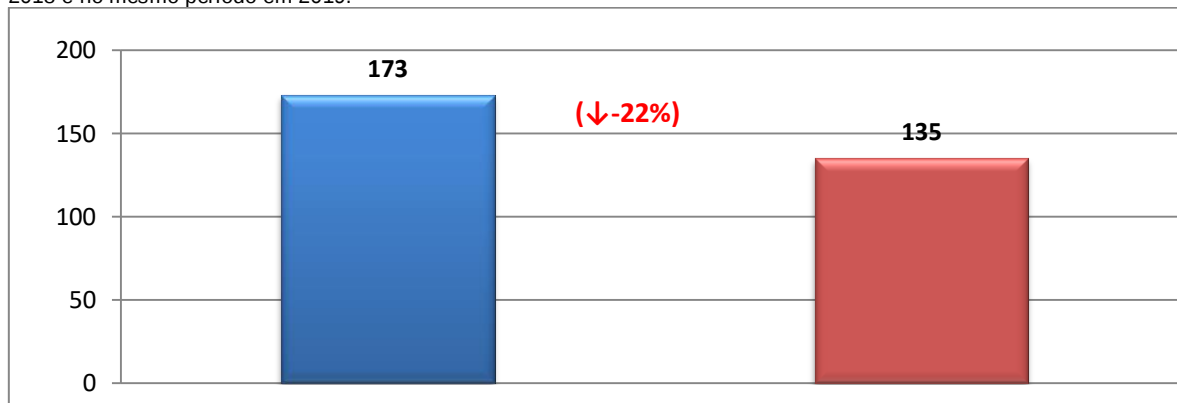
sejam alcançados, este trabalho poderá ser difundido nos demais batalhões do Estado afim de que seja implantado como política de segurança pública.

Gráfico 01: Ocorrências registradas na zona rural de Ariquemes nos meses em destaque no ano de 2018 e no mesmo período em 2019.



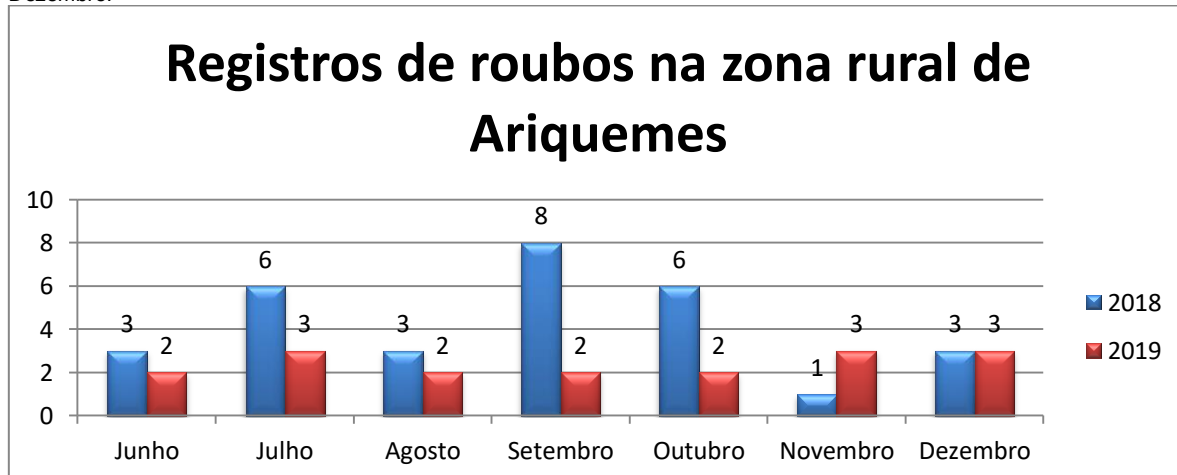
Fonte: Análise criminal do Ministério Público do Estado de Rondônia (Microsoft Power Bi)

Gráfico 02: Comparativo de ocorrências registradas na zona rural de Ariquemes no período de junho-dezembro do ano de 2018 e no mesmo período em 2019.



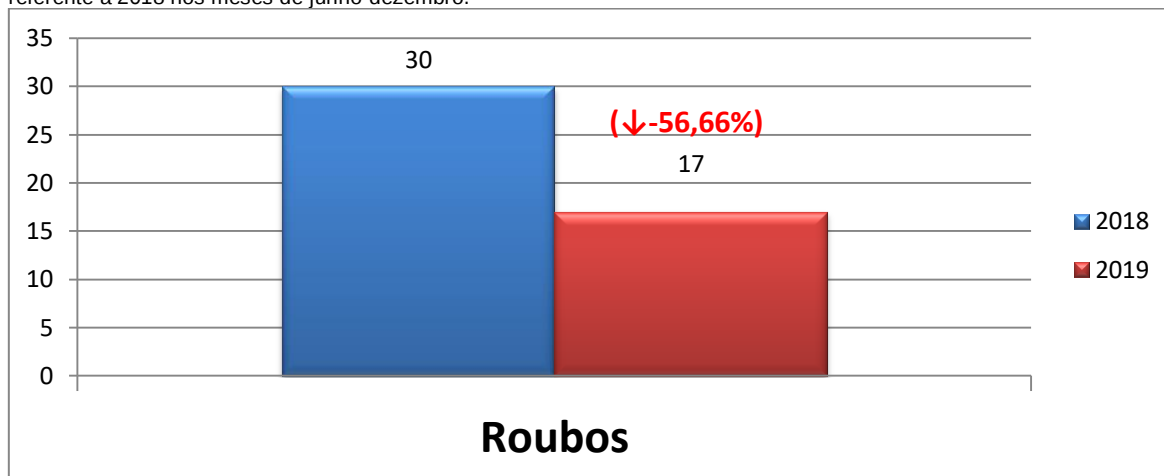
Fonte: Análise criminal do Ministério Público do Estado de Rondônia (Microsoft Power Bi).

Gráfico 03: Roubos registrados na zona rural de Ariquemes no ano de 2018 e 2019, distribuídos pelos meses de Junho-Dezembro.



Fonte: Análise criminal do Ministério Público do Estado de Rondônia (Microsoft Power Bi).

Gráfico 04 Mostra a redução de mais de 56% do crime de roubo registrado na zona rural de Ariquemes no ano de 2019 referente a 2018 nos meses de junho-dezembro.



Fonte: Análise criminal do Ministério Público do Estado de Rondônia (Microsoft Power Bi)

5. EXPERIÊNCIA PRÁTICA

5.1 Da execução do programa

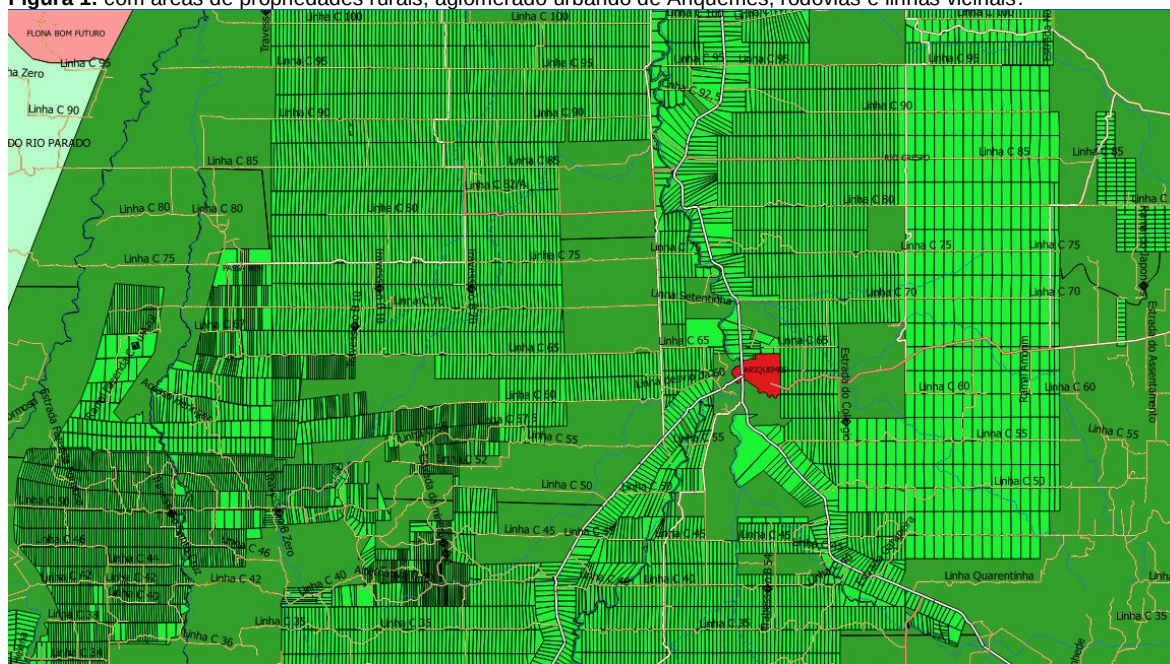
Atualmente a Unidade realiza o Patrulhamento Rural de forma rotineira através do PATAMO/7º BPM, por no mínimo uma Guarnição tipo “C”, a qual é submetida a um regime de escala de (08x16 – 08x16 – 08x16) conforme Plano de Policiamento do Estado de Rondônia. levando em consideração os dados estatísticos com o escopo de cobrir a mancha criminal da área rural que apurou que 71% das ocorrências policiais na área rural acontecem entre às 16h00m e 00h00m.

A equipe é formada atualmente por 08 (oito) policiais militares que conhecem a zona rural da região. Cabe ressaltar que este policiamento está sendo realizado de forma parcial devido incapacidade logística do Grupo e falta de treinamento adequado e continuado.

O trabalho se desenvolve, com a realização de bloqueios policiais, comandos de abordagens, levantamento de informações, e por último e não menos importante, o policiamento comunitário rural que tem surtido muito efeito com a aproximação dos proprietários rurais com a Polícia Militar.

5.2 Área de Laboratório

Figura 1: com áreas de propriedades rurais, aglomerado urbano de Ariquemes, rodovias e linhas vicinais.



Fonte: 7º Batalhão de Polícia Militar

5.3 Dificuldades encontradas

- **Comunicação Deficitária:** pois os rádios comunicadores disponíveis na OPM ainda são analógicos e de curto alcance;
- **Deficiência de Logística:** O patrulhamento rural é diferenciado, já que o suporte para apoio é praticamente inexistente, e as equipes devem dispor em campo de todos meios necessários para sanar quaisquer panes;
- **Área de atuação extensa;** Cerca de 6 mil km de estradas rurais a serem cobertas pelo programa;
- **Litígio de terra, indústria do esbulho, forte atuação da LCP e MST;** Movimentos que fazem o uso de técnicas de guerrilha para tomar as propriedades e resistir às investidas policiais, causando grande temor na população rural.

5.4 Recursos necessários

O primeiro recurso necessário é o Policial Militar treinado, capacitado e motivado para a execução do programa. Para isso, se faz necessário treinamento das técnicas de patrulhamento rural, policiamento comunitário, uso das tecnologias aliadas a técnicas e táticas policiais.

Dentre os armamentos e equipamentos de dotação da PMRO, se faz necessário a aquisição dos seguintes materiais:

• **KIT's de APH de combate:** Para amparar as equipes de patrulhamento rural que tenham operadores feridos em áreas conflituosas, é imperioso que tenham o conhecimento das técnicas de medicina tática, também denominada APH de combate, além de terem a disposição os mais modernos materiais de APH de combate;

• **VANT-Veículo aéreo não tripulado (DRONE):** permite que a equipe faça a captura de imagens com descrição. Por meio desse levantamento de imagem é possível planejar a operação antes e durante a ocorrência, observando a movimentação dos alvos da operação em tempo real. Isso garante a segurança da equipe, com essa tecnologia é factível a um planejamento mais bem estruturado.

• **Computador portátil (Notebook):** Para armazenamento de dados e documentos, sendo útil para recolhimento de imagens, vídeos e arquivos de interesse das operações rurais.

• **Motosseras:** Torna-se útil no patrulhamento rural para retirada de galhos e troncos de árvores, dentre outros obstáculos que estejam no trajeto da guarnição, dando suporte para população para alguma eventual situação, prevenindo acidentes e garantindo o acesso das equipes policiais aos locais de patrulhamento.

• **Cabo de aço:** Auxílio para retirar objetos pesados em pistas, além de servir como eventual ancoragem para a retirada de veículos, policiais ou não, de atoleiros.

• **GPS:** Com o uso do GPS, os policiais registram as coordenadas do local, facilitando a entrada em áreas desconhecidas, auxiliando em operações, resgate de pessoas, objetos e veículos roubados. Além disso, por meio deste equipamento tecnológico, será possível o mapeamento das propriedades rurais e seus acessos.

• **Câmera Fotográfica:** Havendo algum crime ou outra circunstância, os policiais utilizando a câmera para realizar imagens e gravações, sendo útil como prova, complementando a utilização das *body cam*, já em uso pela Polícia Militar.

• **Telefone celular:** Comunicação com a população via *Whatsapp*, com grupos, e disponibilidade para receber mensagens privadas, a população pode passar informações a polícia com segurança, e com isso gerando interatividade entre a sociedade e os policiais.

• **Fitas com catracas:** Para substituição de cordas e correntes. Por ser mais resistente, proporciona uma maior estabilidade para a movimentação das cargas, o que previne danos a superfície do que está sendo transportado. Com isso, as

equipes de policialmente poderão resgatar objetos e veículos de grande porte com segurança.

• **Rádio de comunicação via satélite (IC-SAT100):** Os locais de patrulhamento são por vezes muito isolados e distantes, e a comunicação disponível nas viaturas é ineficiente. Por sua vez, a comunicação via satélite evita a perda da comunicação, uma vez que o sinal satelital possui cobertura global.

6. PROPOSTA/NECESSIDADE

O projeto tem por finalidade implementar o Programa de Segurança Rural do 7º BPM como política de Segurança Pública na área de responsabilidade do 7º BPM, com vistas a reduzir a incidência de ilícitos na área rural, bem como aumentar a proximidade do homem do campo com o Estado através da presença efetiva da PMRO, resultando numa maior confiabilidade e consequente aumento da sensação de segurança da comunidade.

7. OBJETIVOS

a. Geral

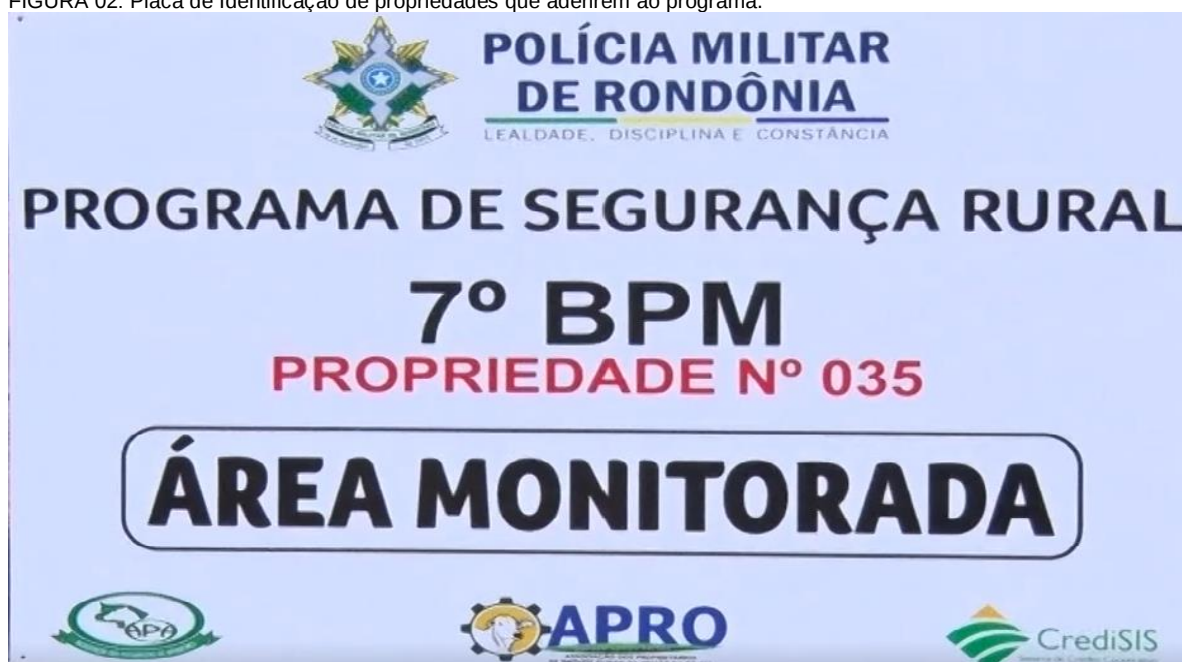
Implantar um novo modelo de policiamento de forma orientada a solução do problema, visando levar a paz social ao homem do campo, valendo-se de ferramentas específicas, gerando assim uma diminuição da incidência de ilícitos na zona rural, gerando um aumento da sensação de segurança da comunidade.

b. Específicos

- 1) Adotar ações de patrulhamento rural que atendam as demandas da área de responsabilidade do 7º BPM;
- 2) Promover treinamentos aos policiais que atuam na zona rural sob a responsabilidade do 7º BPM;
- 3) Executar ações, aos moldes da filosofia de policiamento comunitário, através de visitas às propriedades rurais, onde será informado sobre o projeto, bem como colhidos dados sobre a propriedade e proprietário;

- 4) Criar um banco de dados para agrupar as informações colhidas na primeira visita;
- 5) Formar um grupo no aplicativo de *WhatsApp*, aos moldes do projeto Vizinhança Segura, facilitando a comunicação e troca de informações e solicitações das equipes. Essa ferramenta é essencial na zona rural, posto que, em algumas localidades, não há sinal telefônico, mas apenas de internet rural.
- 6) Atribuir à propriedade rural cadastrada um número sequencial de cadastro para a identificação da propriedade de forma objetiva e rápida. Após gerar o número de cadastro, é confeccionada uma placa de identificação a ser afixada em local visível e estratégico na propriedade. A placa, em material de PVC, possui dimensões de 60X43cm e contém as seguintes informações: título do projeto, número de cadastro, unidade e telefones de contato da Unidade Policial Militar da área. Essa placa de identificação é custeada pelo próprio morador.
- 7) Estabelecer parceria com os sindicatos rurais locais. Esses organismos sociais são representativos dos produtores rurais e possuem uma política de parceria muito eficaz em relação à segurança pública.

FIGURA 02: Placa de Identificação de propriedades que aderirem ao programa.



FONTE: 7º BPM.

8. METODOLOGIA

Para a implantação do presente processo faz-se necessário dividir o processo em 10 (dez) etapas:

- 1) Promover reuniões com os produtores e entidades representativas destes, para apresentação do presente programa, buscando sensibilizar os presentes e firmar parcerias;
- 2) Selecionar os policiais que serão engajados no programa, levando em consideração as características pessoais e a capacidade de adaptabilidade destes as necessidades operacionais do patrulhamento rural. Com o escopo de balizar as ações das equipes em campo será confeccionado documento Normas Gerais de Ação – NGA da Patrulha Rural do 7º BPM.
- 3) Iniciar um Programa de Treinamento com o escopo de capacitar os policiais à execução das atividades de patrulhamento rural com ênfase na Filosofia de Polícia Comunitária e respeito à dignidade da pessoa humana;
- 4) Realizar visitas aos produtores, tendo em vista a filosofia da polícia comunitária, buscar nessa oportunidade, uma aproximação com estes. Na ocasião será apresentado o trabalho da patrulha rural, bem como as potencialidades de uma interação entre Polícia Militar e produtores. Criação de um banco de dados para agrupar de forma organizada os dados colhidos durante as visitas;
- 5) Formação de um grupo no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, aos moldes do programa *Vizinhança Segura*, com o escopo de facilitar a comunicação, troca de informações e solicitações das equipes. Essa ferramenta é essencial na zona rural, posto que, em algumas localidades, não há sinal telefônico, mas apenas de internet rural. Cada nova propriedade rural cadastrada tem seu proprietário e familiares adicionados ao grupo de trabalho relativo à sua linha vicinal.
- 6) O proprietário receberá um modelo de placa de identificação que deverá por ele ser confeccionada e afixada em local visível e estratégico na propriedade. A placa será confeccionada em PVC, com dimensões de

60cmX43cm, devendo conter as seguintes informações: título do projeto, número de cadastro, unidade e telefones de contato da Unidade Policial Militar da área.

7) Realização de ações repressivas de forma pontual, planejadas através de análise criminal, visando cobrir as manchas criminais da região.

8) Avaliação dos resultados obtidos, através de tabelas, pesquisas e avaliações *in loco* e reuniões periódicas com os produtores, bem como, pesquisa de satisfação realizada junto ao público externo e público interno.

9) Reavaliação do processo e correção de possíveis falhas;

10) Retomada das visitas comunitárias de forma periódica, objetivando estreitar o relacionamento com essa população.

É importante ressaltar que as fases descritas poderão ocorrer simultaneamente, conferindo maior celeridade ao Programa.

CONCLUSÃO

O Estado diuturnamente busca políticas públicas e novas alternativas com o escopo de frear o avanço da criminalidade e da violência. Da mesma forma, os habitantes das áreas rurais anseiam por ter a sua segurança garantida pelo Estado. Nesse contexto, considerando a importância da zona rural para o desenvolvimento econômico das regiões, o Programa de Segurança Rural representa a garantia de um Direito Constitucional. Aliada à Filosofia de Polícia Comunitária, a sensação de segurança se fará presente ao produtor rural.

Para que o presente programa tenha resultados relevantes é vital que haja o envolvimento social maciço, dotado de organização institucional e comprometimento com as informações apresentadas. Nesse sentido faz-se necessário o planejamento prévio, para uma organização comunitária eficiente. Por isso, é extremamente importante o engajamento dos sindicatos rurais das regiões e também com o público interno, as quais se apresentam como colaboradores na implantação do Programa na área de atuação do 7º BPM.

Por fim, reforça-se que o presente modelo de policiamento só alcançará sua finalidade se for uma política de Estado, pois os custos, logística e investimentos

inviabilizam “ajeitadinhos” realizados localmente. Somente se alcançará resultados positivos com o comprometimento do Estado em sede de política pública para o enfrentamento da criminalidade na área rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cartilha sobre segurança rural da polícia militar da Bahia, 2020.

Cartilha de segurança rural da Polícia Militar do Paraná, 2013

Cartilha “prevenção – o caminho para a segurança no campo” FAEMG, 2018.

Manual para trabalhos acadêmicos e científicos, FAEMA, 2011, ARIQUEMES/RO

Painel sobre segurança pública rural, I, 2019, BRASÍLIA - DF. Boas práticas de segurança pública rural da polícia militar.

GEORREFERENCIADA, Patrulha rural. PMGO, Disponível em <https://www.pm.go.gov.br/tvpmgo/patrulha-rural-georreferenciada>, acesso em 08 de novembro de 2020.